



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 10711.001708/2006-19
Recurso n° Embargos
Acórdão n° 3301-004.234 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 1 de fevereiro de 2018
Matéria Imposto sobre produto industrializado - IPI
Embargante PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Data do fato gerador: 12/09/2001

EMBARGOS. OMISSÕES INEXISTENTES. EMBARGOS REJEITADOS.

Não se identificando as omissões alegadas, devem ser rejeitados os Embargos interpostos por contrariarem as disposições do art. 65, § 3º do Ricarf.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Terceira Seção de Julgamento Por unanimidade de votos, Rejeitar os Embargos interpostos pelo Contribuinte, nos termos do voto do Relator.

(assinado digitalmente)

José Henrique Mauri - Presidente Substituto

(assinado digitalmente)

José Henrique Mauri - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: José Henrique Mauri (Presidente Substituto e Relator), Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Liziane Angelotti Meira, Maria Eduarda Alencar Câmara Simões, Antonio Carlos da Costa Cavalcanti Filho, Semíramis de Oliveira Duro, Ari Vendramini e Valcir Gassen.

Relatório

Conselheiro José Henrique Mauri - Relator

Cuida-se de Embargos Declaratórios, fls. 259/267, interpostos pelo contribuinte, em face do Acórdão nº 3301-002.693, por supostas omissões quanto à matéria de ordem pública e erro de fato relevantes para o deslinde da matéria.

O acórdão embargado possui a seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Data do fato gerador: 12/09/2001

EX TARIFÁRIO. MATÉRIA-PRIMA DESTINADA À FABRICAÇÃO DE UÍSQE. GRADUAÇÃO ALCOÓLICA IGUAL A 63,5%.

Os destilados alcoólicos importados que constituem matéria-prima destinada à fabricação de uísque e que apresentam graduação alcoólica superior a 61% Gay-Lussac são tributados a título de IPI à alíquota de 70%, segundo o EX 003 do código NCM 2208.30.10 da TEC, sendo a falta de recolhimento, decorrente da declaração inexata da mercadoria, punível com a multa de ofício proporcional a 75% da diferença de tributo não recolhida, consoante expressa determinação legal.

CLASSIFICAÇÃO FISCAL - ANÁLISE LABORATORIAL - PRECEDÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA.

para fins de classificação da mercadoria o certificado emitido por solicitação da autoridade aduaneira reveste-se de força normativa capaz e suficiente para amparar a decisão da fiscalização, ainda que contrário à certificação de Inspeção Vegetal, cuja função, de controle administrativo, não se confunde com o controle fiscal, a cargo da fiscalização aduaneira

Recurso Voluntário Negado

A Embargante alega que ocorreu omissão em relação a (i) Necessidade de baixar os autos para diligência; e (ii) erro de fato.

Apresenta argumentações onde procura demonstrar ocorrência das pretensas omissões.

Na forma regimental, foi-me distribuído o presente feito para relatar e pautar.

É o relatório, na síntese oportuna.

Voto

Conselheiro José Henrique Mauri

Os Embargos foram admitidos por despacho do presidente da Turma, fls. 282/284, portanto, deles tomo conhecimento.

A autuação deu-se para exigir diferença de tributo em face de erro na classificação de mercadoria importada, ancoradas em Declaração de Importação. Segundo a fiscalização, trata-se de "matéria-prima obtida de cereal destinada à produção de uísque", com teor alcoólico de 63,5%, contrariamente às informações declaradas pelo importador, bem assim nos respectivos Certificados de Inspeção Vegetal, expedidos pelo MAPA, onde constaram teor de 59,5%, para as mercadorias declaradas.

Na decisão Embargada entendeu o colegiado, por negar provimento, cujo Acórdão foi assim ementado:

O acórdão embargado possui a seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Data do fato gerador: 12/09/2001

EX TARIFÁRIO. MATÉRIA-PRIMA DESTINADA À FABRICAÇÃO DE UÍSQE. GRADUAÇÃO ALCOÓLICA IGUAL A 63,5%.

Os destilados alcoólicos importados que constituem matéria-prima destinada à fabricação de uísque e que apresentam graduação alcoólica superior a 61% Gay-Lussac são tributados a título de IPI à alíquota de 70%, segundo o EX 003 do código NCM 2208.30.10 da TEC, sendo a falta de recolhimento, decorrente da declaração inexata da mercadoria, punível com a multa de ofício proporcional a 75% da diferença de tributo não recolhida, consoante expressa determinação legal.

CLASSIFICAÇÃO FISCAL - ANÁLISE LABORATORIAL - PRECEDÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA.

para fins de classificação da mercadoria o certificado emitido por solicitação da autoridade aduaneira reveste-se de força normativa capaz e suficiente para amparar a decisão da fiscalização, ainda que contrário à certificação de Inspeção Vegetal, cuja função, de controle administrativo, não se confunde com o controle fiscal, a cargo da fiscalização aduaneira

Recurso Voluntário Negado

Os Embargos apresentados sustentam-se nas supostas omissões a seguir analisadas:

1 Das Omissões Alegadas

1.1 NECESSIDADE DE BAIXAR OS AUTOS PARA DILIGÊNCIA

Alega a Embargante que o Acórdão embargado incorreu em omissão por ter deixado de baixar os autos em diligência para verificar o correto percentual de

álcool das mercadorias, porquanto houve manifesta contradição entre laudos que vinculam, necessariamente, este E. CARF.

Vislumbra-se que os presentes embargos, nesse pormenor, sequer preenchem os requisitos para serem conhecidos, porquanto não há prequestionamento acerca da matéria. Pelo contrário, no Recurso Voluntário vê-se que a própria embargante entende por suficientes os elementos acostados nos autos. Vejamos excerto do Recurso Voluntário:

[...]

12. Referido entendimento fiscal, acolhido pela decisão que ora se recorre, contudo, não deve subsistir, haja vista que conforme já mencionado, laudos e certificados comprovam de forma cabal que as mercadorias importadas apresentam, de fato graduação alcoólica de 59,5 %.

[...]

30. Assim, não pode prevalecer a r. decisão ao manifestar o posicionamento de que a RECORRENTE não apresentou provas que sustentem suas alegações, notadamente em relação ao teor alcoólico da mercadoria, pois, os CERTIFICADOS DE INSPEÇÃO VEGETAL apresentados, concluíram que os produtos importados tratam-se de cereal uísque, corroborando as informações constantes dos CERTIFICADOS DE ANALISE.

[...]

III - DO PEDIDO

*48. Por todo o exposto, em razão de restar comprovada a regular utilização da classificação fiscal adotada pela Recorrente, requer seja reformada a r. decisão, dando-se provimento integral ao presente **RECURSO VOLUNTÁRIO**, com a conseqüente anulação do lançamento e arquivamento dos autos, por ser esta medida de inteira Justiça.*

.....

Assim, inexistente prequestionamento quanto à necessidade de diligência não há que se falar em obrigatoriedade de manifestação do colegiado acerca dessa matéria, inexistindo, igualmente, a alegada omissão.

1.2 ERRO DE FATO.

Alega a Embargante que a decisão afastou o laudo emitido pela MAPA, em favor do laudo emitido pelo LABOR, sob o argumento de que o primeiro teria sido emitido "antes do início do despacho aduaneiro", o que não representa a verdade, e que tal fato poderia alterar o entendimento do Relator em seu voto vencedor.

A embargante sustenta que o Laudo não poderia ser emitido antes do início do despacho aduaneiro pois a própria legislação (Decreto 2.314/1997) determinava a necessidade de presença da mercadoria no território brasileiro e, por conseqüência, não seria possível a realização do referido laudo antes do início do despacho.

Eis excerto do Acórdão Embargado, nesse pormenor:

No presente caso, houve emissão, por parte do MAPA, antes do início do despacho aduaneiro, de Certificado de Inspeção Vegetal, autorizando a importação e a comercialização das mercadorias.

Posteriormente, a RFB, em procedimento fiscal, determinou a realização de análise laboratorial e emissão de respectivo Laudo Técnico para a mercadoria importada. A análise ficou a cargo do Labana, Laboratório de Análises da RFB.

O que se vê é nítida confusão, por parte da Embargante, quanto à legislação aplicável. O Decreto citado refere-se a padronização, classificação, registro, inspeção, produção e fiscalização de bebidas, especialmente voltado à fiscalização do MAPA, cujos procedimentos (em relação aos produtos importados) são realizados, v.r., previamente ao início do despacho aduaneiro.

Ressalte-se que o Laudo do MAPA não guarda relação com o despacho aduaneiro, sendo emitido por aquela autoridade administrativo em momento oportuno, nos termos por ela normatizado.

Ademais, não obstante a embargante alegar que referidos laudos tenham sido emitidos no curso do despacho, não apresentou elementos que demonstrem tal afirmativa, limitando-se exclusivamente às alegações textuais.

Assim, verifica-se que as omissões alegadas, nesse pormenor, não se encontram objetivamente apontadas, contrariando as disposições do art. 65, § 3º do Ricarf.

1.3 DISPOSITIVO

Com essas considerações, voto por Rejeitar os Embargos interpostos pelo contribuinte.

É como voto.

José Henrique Mauri - relator